

Jornal



Gestão 2011/2013
AEBA - Livre
É a hora da mudança

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Nº 218 - Janeiro/Abril 2011

Editorial

É com muito orgulho que a Diretoria da AEBA, **Gestão AEBA Livre** (2011-2013) lança o seu primeiro jornal. Estamos num momento difícil de nossa luta. Os problemas acumulados ao longo dos anos, frutos de inúmeras decisões equivocadas das diversas diretorias do Banco constituem um enorme desafio. No mundo estamos assistindo a queda das ditaduras árabes, enquanto no Brasil o governo iniciou um forte ajuste com corte de 50 bilhões no orçamento.

Nesta edição vamos apresentar a nova Diretoria Executiva da AEBA e debater temas importantes para nossas condições de trabalho. Primeiramente vamos pautar o tema da NP-118, o novo regulamento de conduta do Banco, que por seu conteúdo pode ser considerado uma espécie de AI-5. Debateremos também a situação da CASF e as propostas da AEBA que serão apresentadas ao Banco e ao Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência. O tema da CAPAF será abordado em seguida com o objetivo de esclarecer a todos sobre os contornos dessa situação e os riscos que corremos. Nesta edição, trazemos uma entrevista com nossa assessoria jurídica e informações gerais importantes para os associados.

O futuro do Banco dependerá da capacidade de organização e mobilização dos seus empregados.

Boa leitura,



AEBA LUTA pela revogação!

A recente regulamentação de conduta aprovada pela Diretoria do Banco da Amazônia – NP 118 – conforme avaliação jurídica realizada pela assessoria da AEBA, trás uma série de problemas legais que a tornam uma norma excessivamente dura e ofensiva aos direitos dos empregados.

2

Bate-Papo

Diretoria de Comunicação

Rômulo Macêdo, diretor de comunicação falou dos planos da nova gestão para as ações comunicacionais, os primeiros passos e quais diretrizes a associação seguirá para o melhoramento no relacionamento com o associado e maior acessibilidade às informações da AEBA.

3

Assessoria Jurídica

A advogada Roberta Dantas conta sobre os serviços da nova Assessoria Jurídica da associação, fala também de sua experiência na defesa de entidades e dos trabalhadores e apresenta toda a equipe do escritório Caldas Advogados à disposição dos associados e da AEBA.

4

CAPAF: AEBA e AABA comemoram vitória!

Juíza da 8º Vara do TRT de Belém concede medida liminar determinando que o Banco da Amazônia efetue no prazo de 48 horas, o pagamento dos benefícios do mês de março do Plano BD. As entidades festejam a grande vitória como parte da luta pelo fortalecimento da CAPAF. Em entrevista, Silvio Kanner, fala da participação da AEBA na garantia dos direitos dos participantes.

CASF

O que representa a CASF para o Banco da Amazônia?

2

NP-118: Culpados até que provem o contrário

Ao não querer atacar os problemas estruturais do Banco a diretoria resolveu culpabilizar previamente os empregados.

A diretoria da AEBA, logo que tomou conhecimento da entrada em vigor da NP-118, iniciou uma série de ações com o objetivo de revogá-la. Essa norma de conduta interna fere diretamente diversos dispositivos constitucionais de direitos dos trabalhadores. Sua leitura atenta, deixa logo perceber que o objetivo é instituir um marco normativo que facilite a punição dos empregados. Pela norma, os trabalhadores do Banco são culpados até que se prove o contrário. A instituição dos Comitês de Administração, que descentraliza uma parte considerável dos processos é outra questão problemática. Em primeiro lugar porque atribui mais uma tarefa às agências já sobrecarregadas e também porque tornará o ambiente de trabalho nas agências ainda mais difícil.

A situação operacional do Banco, a fragilidade nos controles e tecnológica, as dificuldades inerentes à própria região, o quadro deficitário das agências, as metas abusivas e o assé-

dio, formam o caldo de cultura de erros operacionais. Ao não querer atacar os problemas estruturais do Banco, a diretoria resolveu culpabilizar previamente os empregados. Esse é o sentido da NP-118. Por outro lado, a diretoria do Banco da Amazônia contratou um seguro para os gestores em caso de problemas de diversas naturezas – estão segurados Superintendentes, Gerentes Executivos e Diretoria. Isso significa que os empregados estão assumindo todo o risco operacional da empresa.

De posse da NP fizemos um estudo jurídico que constatou as ilegalidades e imediatamente comunicamos todos os sindicatos que representam os empregados do Banco da Amazônia cobrando providências judiciais e políticas. Pedimos que os representantes da AEBA, nas unidades, acessem nossa página onde consta uma relação completa dos problemas da NP-118 e discuta com os colegas das unidades.

AEBA DEFINIU MEMBROS NOS CONSELHOS DA CASF E CORAMAZON

Os representantes da AEBA nos conselhos da CASF e CORAMAZON já estão trabalhando. O titular no Conselho Deliberativo da CASF será o Diretor de patrimônio administração e finanças da AEBA, o economista, Marlon George, lotado na GECON. A titular no Conselho Deliberativo da CORAMAZON será a representante, Dejacélia Serique, lotada na Belém-Pedreira, onde trabalha com seguro. E o titular no conselho fiscal da CORAMAZON será o Diretor da AEBA e membro do quadro de apoio, José Hermógenes.

Sobre o quadro de apoio

No dia 18 de janeiro realizamos uma reunião com os integrantes do Quadro de Apoio. Nessa reunião, formamos uma comissão nacional para encaminhar as demandas desse quadro e iniciamos o trabalho de preparação para as ações judiciais necessárias. Solicitamos aos membros do Quadro de Apoio que tiverem documentos pertinentes tanto à situação coletiva quanto individual enviar para a AEBA, será garantido o sigilo necessário no caso dos documentos individuais. Lembramos que sem isso não teremos condições de nos preparar adequadamente para essa luta.

AEBA disponibiliza Assessoria Jurídica aos associados



Fale um pouco sobre sua formação acadêmica e sua carreira.

Roberta Dantas: Me formei pela Unama em 2001. Fiz pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo em 2002 e em 2003 fiz em Processo Civil. Durante todo tempo da vida acadêmica, sempre fui estagiária de sindicato, evidentemente, de sindicatos dos servidores públicos, e quando me formei acabei indo assessorar sindicato. O primeiro foi o SENALBA, onde estou até hoje, já advoguei para Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Pará, Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Amapá, Sindicato dos Servidores da Previdência do Estado de Saúde, SINDIPREVES, hoje advogo para o SENADEFI - Sindicato dos Servidores Federais das Instituições Federais de Ensino Tecnológico, Sindicato dos Técnicos Administrativos em Instituições de Ensino Superior, para Associação da FUM-PAPA, Associação dos Guardas Municipais do Estado do Pará, AEBA, SENALBA e para Associação da Cosanpa.

Quais os serviços oferecidos pelo Escritório à AEBA e seus associados?

R. D.: Na maioria dos sindicatos sempre é assim, a gente presta assessoria para a entidade sindical, através de elaboração de estudos, defesa judicial, ações coletivas em benefícios da categoria, porém, existem dois sindicatos que prestamos assessoria individual, que é o Sindicato dos Guardas Mu-

nicipais, onde fazemos a defesa individual tanto junto a administração pública, na qual ele está vinculado. No caso da AEBA, que é a Associação de um Banco Federal, atuaremos com a defesa individual em ações civis, do consumidor, nessa área. Iremos fazer a defesa individual do empregado, dentro dos processos administrativos disciplinares, e também a interposição de ação judicial, de defesa de interesse individual, dentro da área do servidor, civil e trabalhista.

Quem compõe a equipe do Escritório e como funciona?

R. D.: Aqui no escritório temos o diretor Eivaldo Caldas, que cuida das ações maiores do escritório que são aquelas que tratam de perdas salariais, perda de cargo, vamos dizer que eu sou uma gerente, que fica próxima às entidades sindicais, faço as ações principais. Os demais advogados que nos auxiliam, trabalham mais no suporte de elaboração das ações. Somos quatro advogados: Vanessa Raiol, especializada em Direito Ambiental e Urbanismo, Renné Guimarães, especializada em Direito do Trabalho, Eivaldo Caldas, especializado em Direitos Sociais e eu, que sou especializada em Processo Civil e Constitucional. Quando o associado precisar nos consultar, poderá fazer com qualquer um dos quatro advogados, pois fazemos diariamente, no fim do expediente, uma reunião para repassar quais foram os atendimentos e quais os encaminhados que serão feitos no próximo dia.

Serviço: Às sextas-feiras, de 9h às 12h, na sede da Associação ou no Escritório Caldas Advogados, situado na Rua Jerônimo Pimentel nº 657, entre Dom Romualdo de Seixas e Dom Romualdo Coelho - Belém-Pará

O que representa a CASF para a diretoria do Banco da Amazônia?

Todos sabem que estamos enfrentando muitos problemas com a Caixa de Assistência dos Empregados do Banco da Amazônia – CASF. Em virtude dos atos da gestão anterior e de problemas estruturais a CASF instituiu o pagamento de uma quota extra em face da necessidade de provisão conforme a Instrução Normativa n.º 32, da Agência Nacional de Saúde – ANS, e recentemente reajustou o Plano Família em 15%.

A CASF é um Plano de Saúde de autogestão, filiado ao sistema UNIDAS. Diferentemente de CASSI, CAMED (BNB) e Saúde Caixa a CASF não tem o Banco da Amazônia como patrocinador. O Banco da Amazônia é a única Instituição Pública Federal que não patrocina a instituição de saúde dos seus empregados, não obstante sua interferência constante, mesmo que velada, nas eleições que definem os dirigentes da CASF.

Nos últimos anos, a diretoria do Banco da Amazônia tem aplicado uma política de reajuste ZERO no valor do

reembolso. O valor do reembolso está definido no âmbito do Programa Saúde Amazônia e é calculado segundo três percentuais do valor base do PLAN-CASF que está em R\$ 551,30. Os percentuais reembolsados são 85%, 65% e 45%, de acordo com a remuneração bruta do empregado. Quem ganha mais recebe um reembolso menor.

Na prática, a Diretoria do Banco atua como se “a CASF fosse um plano de saúde qualquer”. Não poderia deixar de ser diferente, pois boa parte da diretoria deve estar no Plano de Saúde do Banco do Brasil e mesmo que não estivesse, a diretoria tem feito exames periódicos no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, a um custo elevadíssimo, enquanto sequer a instituição tem um médico no seu quadro. Os exames periódicos deste ano estão sendo realizados por uma empresa no mínimo estranha, de saúde e sanidade ambiental, e muitos exames importantes para os empregados foram excluídos das exigências. Os exames periódicos deste ano são apenas papéis.

A situação se agrava ainda mais pelo número insuficiente de empregados nas unidades sobrecarregando os que ainda resistem. Além disso, soma-se o ambiente de pressão psicológica favorável ao assédio moral. Estamos adoecendo mais, trabalhando mais, ganhando menos e o Banco economizando com aquilo que é de sua responsabilidade: a saúde de seus empregados. Sem aumentar a participação do Banco, veremos os problemas da CASF se agravarem.

Uma medida simples e sem burocracia, que poderia ser tomada de imediato é a revisão dos acordos entre a CORAMAZON e o Banco. Anualmente a CORAMAZON repassa, a título de aluguel de balcão, mais de 1 milhão de reais ao Banco. Esse dinheiro poderia ser convertido em 10% para estimular as agências a contratar seus seguros com a CORAMAZON e o restante repassado para a CASF, com isso, retomaria os bons tempos da CASF.

O reajuste da tabela poderia, no mesmo sentido, reduzir a participação dos empregados e permitir debater a quo-

ta extra em outra situação, bem como o aumento do valor base do PLAN-CASF. Um aumento de 7% no valor base significaria um ingresso de recursos suficientes para garantir a provisão necessária e seria devidamente dividido entre os empregados e o Banco, também permitindo extinguir a quota-extra.

Sobre as medidas a serem adotadas na gestão da CASF, em relação a qual à diretoria da AEBA cabe acompanhar, fiscalizar e propor soluções bem como ajudar no diálogo com os empregados, estamos publicando, em nosso site, a íntegra das propostas apresentadas pela AEBA no Conselho Deliberativo da entidade. Pedimos aos associados que manifestem sua solidariedade a estas propostas, via e-mail, à diretoria da CASF ou à AEBA e assim encorajar os conselheiros a se posicionarem por sua implementação.

Temos solicitado à Diretoria do Banco uma reunião para discutir o assunto – até agora a diretoria não se manifestou sobre o pedido da AEBA.

JORNAL DA AEBA

Rua Ferreira Cantão, 42 - Campina CEP: 66.017-110 - Belém - PA • Fones: (91) 3242-1766 | 3241-5628 - Fax: 3212-3574

Presidente: **Silvio Kanner** • Diretor de Desenv. e Organização: **José Hermógenes Morais** • Diretor de Adm. Patrim. e Finanças: **Marlon George da Costa Palheta** • Diretor de Form. Comun. e Apoio: **Rômulo de Carvalho Macedo** • Diretor de Artic. Sindical: **Andrea Cristiane de Souza Amaral** • Jornalista Responsável: **Gabriela Alves** - DRT/PA 1922 • Estagiária: **Ivana Barreto**

Projeto Gráfico e Editoração: **Gabriela Alves**

E-mail: aeba@aeba.org.br • aeba@veloxmail.com.br • Site: www.aeba.org.br

Nova diretoria da AEBA tomou posse no dia 3 de janeiro

A nova diretoria da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia – AEBA (Gestão 2011/2013) foi empossada no dia 3 de janeiro, em cerimônia no auditório da Associação.

O presidente, Silvio Kanner, empregado do Banco da Amazônia desde 2002, tomou posse ao lado de mais 33 dirigentes da entidade. Compareceram à cerimônia diversas lideranças de entidades representativas dos bancários, entre elas, Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB), Sindicatos dos Bancários do Maranhão e do Amazonas.

Também estiveram presentes membros da diretoria do Banco da Amazônia, da Associação dos Aposentados do Banco (AABA) e da

Caixa de Previdência Complementar do Banco (CA-PAF) e a Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Pará (AFBEPA.)

Nos discursos, em comum a defesa da união da classe bancária, as boas vindas à nova diretoria e as afirmativas de apoio às lutas em prol da categoria.

O novo presidente da AEBA fundamentou as ações da nova gestão em três princípios básicos, a defesa dos direitos do trabalha-



dor, a manutenção da democracia ao estimular a participação efetiva dos associados nas decisões da Associação, e a independência e liberdade de ação, ter a vontade e a coragem de fazer. Para Kanner “A gestão AEBA Livre - é Hora da Mudança, simboliza a abertura de novas perspectivas, de novos pensamentos. Temos muitos desafios agora, buscaremos soluções para os embates dos trabalhadores primando pelo sentido da felicidade

humana, o bem-estar estará em primeiro lugar, é esse o objetivo de uma entidade, não podemos deixar de defender o interesse dos trabalhadores. O caminho que iremos seguir, será um caminho decidido pelos associados em assembleia, quero contar com o apoio de vocês para essa nova gestão”. Importantes bandeiras de luta da Associação também foram destacadas no discurso de posse. “A AEBA estará empenhada na luta contra a precarização nas relações de trabalho, estamos comprometidos com os legítimos interesses dos empregados do Banco da Amazônia, que são o alicerce da grande instituição de fomento e desenvolvimento da Amazônia” finalizou.

Diretoria Executiva

Presidente

Silvio Kanner



Dir. de Adm. Patrim. e Finanças

Marlon George



Dir. de Desenv. e Organização

José Hermógenes



Dir. de Articulação Sindical

Andrea Amaral



Dir. de Form., Comum. e Apoio

Rômulo Macêdo



Diretor Suplente: José Vieira Barbosa • Elisário Araújo Pereira • Karla Regiane F. da Silva • Edson Carlo S. Lopes • **Conselheiro Fiscal:** Silvana Cristina da Silva • Benito Barbosa Calzavara • Alexandre Herculano B. Júnior • **Conselheiro Fiscal (Suplente):** Neynaldo dos Santos Silva • Suely das Graças de Sales • Pedro Fernandes de S. Neto

Diretoria de Comunicação aponta perspectivas de ação e relacionamento com o associado

Rômulo Macêdo falou sobre os primeiros passos da gestão para uma comunicação eficiente.

Qual o perfil da nova diretoria de comunicação da AEBA?

De modo geral, o perfil da nova gestão da AEBA é muito mais jovem, muito mais interessada na representatividade dos empregados, é uma gestão coletiva, entra aí a diretoria de comunicação que seguirá toda essa diretriz em suas ações. A Diretoria de Comunicação é tão importante quanto as outras para responder às expectativas dos associados. A Gestão AEBA livre é hora de mudança tem um perfil participativo mesmo, então a diretoria como um todo, não apenas a executiva, como a suplência, possui condições de interferir na política comunicacional, será um trabalho conjunto, nosso interesse é aumentar a participação dos diretores para tornar a discussão mais plural, as idéias mais múltiplas e obviamente, conseguir dessa forma construir coletivamente toda a política da Associação.

Qual o principal problema na comunicação entre a AEBA e seus associados?

O público alvo da Associação é o empregado do Banco da Amazônia,



público que se estende por regiões onde o acesso à comunicação, à informação também pode ser muito difícil, e o próprio Banco internamente, não favorece aos empregados muito acesso às informações, principalmente no que diz respeito à informação sindical. Então o objetivo maior, é que a gente consiga fazer com que as ferramentas que já estão à disposição da Associação passem a ser efetivas, que levem tanto a informação para a categoria quanto a formação também. O empregado do Banco hoje tem dificuldade até mesmo em se ver como participante de uma categoria que é muito maior do

que ele, que tem interesses, que ele também tem que colaborar, participar.

Quais as estratégias comunicacionais?

Nossas estratégias estarão alinhadas com toda a articulação pensada para o perfil do nosso trabalho para o triênio 2011/2013, e elas obedecerão à idéia que pretende se desvincular da imagem do Banco, após anos, para vincular-se prioritariamente nos associados e a partir do atendimento às suas necessidades, pleitear melhorias para a instituição que venham ao encontro diretamente do empregado. Então é a renovação e, principalmente a tentativa de abertura efetiva da Associação para seus associados, pois durante a nossa campanha isso já havia sido configurado como uma mudança prioritária, necessária, para se desatrelar do vício do Banco em se manter muito fechada, tanto para os próprios empregados, e principalmente para o público externo, e obviamente que a AEBA como representante dos empregados do Banco, com a importância que o Banco tem na região, ela tem responsabilidades muito maiores do que simplesmente pautar questões relativas aos empregados, sendo que, nem isso de certa forma estava sendo feito. Então, a pauta principal da diretoria, é de promover abertura das ações da associação, visto que a tradição da Associação é

ser demasiadamente fechada, então a nossa tentativa através das ações que já foram e que ainda serão propostas e vão ser concretizadas ao longo de 2011, e de toda a gestão, é de justamente abrir a Associação aproximando os associados, fazendo com que eles compreendam sua importância da associação e, também mostrar a cara da Associação para o público externo. Isso é importante, isso fortalece a instituição, o Banco da Amazônia e conseqüentemente, os empregados, que é o nosso objetivo final.

O que será feito para assegurar a eficiência na utilização das novas mídias?

Nosso interesse na utilização das ferramentas comunicacionais como o site, jornal e informativo vai ser de informar, formar e convidar aquele trabalhador que está lá na base, a contribuir também com a informação, porque ele também vai ter voz nessas mídias que iremos disponibilizar. Já estamos no Twitter e Facebook, os próximos passos serão o Orkut e SMS, tentar ficar mais próximo dos empregados, além de tudo, deixar a Associação aberta como um canal de comunicação para que nosso associado possa chegar até a diretoria, e saiba quais são as ações que estão sendo feitas e proponha também, pautar junto com a Associação.

A AEBA agora está no Facebook e no Twitter. Visite nosso site www.aeba.org.br e acesse os links para as redes de relacionamento!

CAPAF: AEBA e AABA comemoram vitória! Justiça determina pagamento dos benefícios

“Os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã. Por isso, a AEBA entrou nessa luta, fortalecendo a AABA, em busca do respeito aos aposentados e pensionistas”.

“Na AEBA, temos uma preocupação muito grande com a solução Capaf, pois os atuais trabalhadores da ativa são os aposentados de amanhã. Por isso, buscaremos também alternativas judiciais para garantir que a Capaf cumpra seu contrato com eles, que garanta sua reserva matemática e seus benefícios quando se aposentarem”

A medida liminar concedida pela Juíza Titular da 8ª Vara do TRT de Belém determinando ao Banco da Amazônia o pagamento, no prazo de 48 horas, dos benefícios do Plano BD do mês de março representou uma grande vitória das entidades que lutaram pelo fortalecimento da CAPAF e pela garantia dos direitos dos participantes. Como se deu esse processo?

Silvio Kanner: desde o início de nossa gestão à frente da AEBA nos colocamos na linha de frente desse debate. Realizamos uma campanha de esclarecimento sobre o que significa o processo de migração para os novos planos, ditos saldados; realizamos debates com o pessoal da ativa e com os aposentados, convidamos a própria CAPAF que nunca compareceu, os membros de conselhos deliberativo da CAPAF, nossa assessoria jurídica especializada no tema e todas as entidades do movimento sindical. A maioria das entidades, à exceção da AABA e do Sindicato dos Bancários do Maranhão, adotou uma postura furtiva, sem adotar posicionamentos firmes. Um exemplo disso são os custos com assessoria jurídica nesse processo, integralmente sustentados por AEBA e AABA. Sem essa assessoria jurídica não teríamos alcançado esse resultado, que significa a primeira vitória nessa luta pela sobrevivência e fortalecimento da CAPAF.

Convocamos as entidades e montamos um comitê para planejar as ações e políticas estratégicas, colocando o curso do processo jurídico integralmente nas mãos de nossa assessoria especializada e nos dedicando à estratégia da campanha política. Fizemos uma manifestação na porta da Matriz do Banco e diversas outras atividades para fortalecer nossa campanha.

Sem dúvidas, estamos diante de uma grande vitória e felizes por que a justiça prevaleceu sobre a prepotência de uma estratégia perversa de conseguir adesões aos novos planos negando o pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas, fragilizados pelos achaques da idade, alguns ainda com a saúde abalada e agravada no dia do NÃO-PAGAMENTO de seus parques benefícios.

Essas pessoas trabalharam muitos anos no Banco da Amazônia, ajudaram a construí-lo. Mereciam ser tratadas com consideração e respeito e não com o desprezo aos seus direitos adquiridos. Os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã. Por isso, a AEBA entrou nessa luta, fortalecendo a AABA, em busca do respeito aos aposentados e pensionistas.

Temos afirmado que nosso pressuposto básico é a responsabilização do Banco da Amazônia pelo pagamento dos benefícios dos aposentados. Esse reconhecimento judicial, mesmo que, liminarmente, representa muito para nossa luta, pois prenuncia novas vitórias.

Como fica a situação do déficit e a proposta de migração para os planos saldados? Afirma-se que a CAPAF tem um déficit de mais de 1 bilhão? Qual a responsabilidade do Banco da Amazônia nesse déficit?

Silvio Kanner: em primeiro lugar, temos que separar o que déficit e o que é dívida. Em matéria veiculada em um jornal de grande circulação em Belém/PA, o presidente da CAPAF anunciava que os problemas da CAPAF são resultantes de dois processos: 1) - O aumento da perspectiva de vida e 2) - as suspensões de contribuições dos aposentados. Gostaríamos de contar com um espaço de diálogo e negociação para travar esse debate com o Banco, CAPAF e Governo Federal, mas nesse momento, na ausência desse espaço estamos travando esse diálogo na justiça.

A suspensão de contribuição após 30 anos é devida e legal, não se trata de algo inesperado, está prevista nos estatutos da CAPAF. Como a CAPAF descumpra essa cláusula, deliberadamente, os participantes ingressam com ações judiciais e ganham. Deveríamos estar felizes pelo aumento da expectativa de vida das pessoas. O presidente da CAPAF fala como se o prolongamento da vida das pessoas fosse um problema. Esse é o viés da visão mercantilista dos dias atuais, em que até a vida, o mais sagrado e antigo dos direitos do homem, fica em segundo plano.

No passado, o nazismo cultivou essa ideologia, daí resultando o extermínio de judeus e também de idosos para “depurar” a raça humana. O presidente da CAPAF, ao apontar a idade dos aposentados como fator de “prejuízo”, praticamente quis dizer que os aposentados estão vivendo além da conta.

Porém, até mesmo do ponto de vista financeiro o presidente da CAPAF está errado. Esses dois aspectos nunca produziram um passivo financeiro tão grande. O que explica esse passivo são os mandos e desmandos, os erros, as fraudes, a cadeia de omissões, em síntese, a má gestão da CAPAF ao longo de sua história, iniciada em 1960, já com vícios de origem. É preciso dizer que essa má gestão sempre foi controlada, pilotada diretamente pelo Banco. O Banco deixou de reconhecer os direitos de muitos trabalhadores no passado, gerando abissal passivo trabalhista, descumpriu a regra de custeio após 1991, não promoveu os ajustes necessários após a nova legislação de 1977, criou verbas remuneratórias sem o devido aporte para a CAPAF e sempre a controlou politicamente. Acreditamos que vamos comprovar essa tese judicialmente: O Banco da Amazônia, enquanto instituição é o verdadeiro responsável pelo déficit e pelo desequilíbrio atuarial da CAPAF.

Comenta-se que a Previc, ex-SPC, passou sete anos (1993/2000) supervisionando a administração da Capaf, com o objetivo de sanear a entidade, que já apresentava, na época, sinais de desequilíbrio atuarial. Como fica a situação do Governo Federal e da própria PREVIC nesse caso?

Silvio Kanner: a Previc tem uma grande responsabilidade, por omissão, no caso da CAPAF. Nesse período de acompanhamento pela Previc, o passivo multiplicou por 10, sem que nenhuma providência fosse tomada. No Brasil, há dois pesos e duas medidas.

Aliás, em relatório produzido em 2004, relativo a uma de suas muitas auditorias na CAPAF, a então SPC apontava mais de 80 transgressões às normas da legislação previdenciária cometidas pela CAPAF e seu Patrocinador relativos à gestão do Fundo de Pensão. E ainda dizia com todas as letras que “as ações judiciais relativas à isenção de contribuição, adicionais de funções como RET, AHC, CAF e Abonos, deveriam ser remetidas ao Patrocinador, por serem decorrentes de instrumentos de gestão como a Portaria 375, o estatuto original da CAPAF. Como, então, o presidente da CAPAF vai para a imprensa culpar os aposentados pelo desequilíbrio atuarial da CAPAF?”

O governo protege os ricos e sempre tenta jogar a dívida nas costas dos mais pobres. Se os contratos são tão importantes para o governo, por que não cumpre o contrato com os seus trabalhadores? O Banco da Amazônia é uma instituição que vem sobrevivendo, apesar do governo e das suas diretorias. Vem sobrevivendo com um esforço sem tamanho dos seus empregados, dos quais exigem um esforço ainda maior, sem que eles próprios tenham feito a sua parte. Gostaria muito que as pessoas, a partir desta entrevista nos ajudem no sentido de sensibilizar os políticos e o governo federal quanto ao fortalecimento do Banco. O Banco da Amazônia é o nosso Banco, está aqui, podemos resolver os problemas aqui, ter uma instituição Bancária com a cara e a diversidade da Amazônia, mas para isso temos que lutar contra a má vontade de algumas autoridades de Brasília. Poderíamos ter um Banco com mais de 5 mil empregados, com salários dignos, com presença nos municípios da região, mas para isso o governo precisa mudar de posição e isso inclui ajudar a resolver o problema da CAPAF e também reconhecer sua omissão, via órgão regulador do sistema de Fundos de Pensão, em mais de 50 anos de gestão empírica (não profissional) na CAPAF.

A partir de agora vamos tentar abrir um canal de negociação com o Banco e o Governo. Na esperança de construir uma solução digna para os aposentados, que garanta também previdência complementar para os novos, que ingressaram na instituição nos últimos dez anos, através de concursos públicos, em cujos editais o Banco apresentava como uma das vantagens da carreira no Banco “o direito à previdência complementar”.

Os novos planos de previdência, aprovados pela Previc e pelo Basa, previam uma adesão de 95% dos participantes e assistidos da CAPAF, sob pena de não serem implantados. Há números oficiais quanto aos índices de aprovação e rejeição desses novos planos?

Silvio Kanner: a última informação que temos dá conta de um processo de migração de cerca de 45%. Temos muitas dificuldades com informações sobre esse processo. A AEBA não foi informada sobre muitos aspectos. Queremos ver o contrato que o Basa firmará com a CAPAF. Queremos o parecer da Pre-



vic, devidamente fundamentado que deu base para a aprovação dos Planos. Queremos ver a Nota Técnica Atuarial que baseia o cálculo dos benefícios. Queremos saber como será, precisamente, o aporte da parte do Banco, pois o que se desenha é um pagamento do déficit mensal, utilizando-se para isso, inclusive, o resultado dos investimentos da massa do aporte financeiro. Acho que agora o processo de decisão sobre a migração será mais tranquilo, menos pressionado pela suspensão dos benefícios. É como dissemos, a decisão de migrar deve ser tomada de forma tranquila e não na pressão e assédio como vem sendo feito.

O presidente do Basa disse em entrevista à imprensa, que as entidades avalizaram os novos Planos elaborados pela Deloitte e aprovados na esfera federal pela Previc. Não havia um plano anterior, elaborado pela Consultora Globalprev, que, segundo se comenta, era bem melhor que a versão agora submetida aos Participantes e Assistidos da Capaf? Qual dos dois planos era endossado pelas entidades? O Basa alega que tem um documento firmado pelas entidades aprovando a solução Capaf. Confere?

Silvio Kanner: as entidades participaram de um processo de discussão que resultou numa proposta, elaborada com o auxílio da GlobalPrev, que foi decididamente rejeitada pelo Banco. Após isso, as entidades assinaram um acordo em torno do Plano da Deloitte. Em primeiro lugar, as entidades não debateram com suas bases acerca dos preceitos desse acordo e, em segundo lugar, o que veio da Previc contém mudanças significativas em relação ao que havia sido acordado, sem que tais alterações fossem negociadas com as entidades.

Qual vai ser o Plano B das entidades, já que a Capaf anunciou que não há mais dinheiro e ainda paira a ameaça de intervenção e liquidação da Capaf pela Previc? A solução passa agora só pela via judicial?

Silvio Kanner: nossa opinião é a de que a CAPAF e o Banco deveriam solicitar à Previc mais tempo e solicitar também a reabertura de negociações. De nossa parte, estamos tentando buscar isso, pois achamos que é possível avançar de forma negociada. Mas, em último caso, não ficamos parados diante do não pagamento dos benefícios. Então, aí sim, temos que buscar alternativas judiciais. Principalmente a Associação dos Aposentados, que representa o elo mais frágil da corrente, pois são os aposentados e pensionistas que sofrem pela suspensão dos pagamentos dos benefícios. Na AEBA, temos uma preocupação muito grande com a solução CAPAF, pois os atuais trabalhadores da ativa são os aposentados de amanhã. Por isso, buscaremos também alternativas judiciais para garantir que a CAPAF cumpra seu contrato com eles, que garanta sua reserva matemática e seus benefícios quando se aposentarem.